

Presidente defende o parlamentarismo

Mudança do sistema, no entanto, viria depois das reformas políticas, não antes de 2006

Luís Eduardo Leal*
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, durante participação em debate organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que continua sendo parlamentarista, com a ressalva de que, para efetivar a mudança de regime, seriam necessárias amplas reformas eleitoral e partidária. Fernando Henrique criticou o atual modelo político por permitir a existência de um "Congresso forte com partidos fracos", o que, segundo ele, obrigaria o governo a ter de negociar com parlamentares em função de demandas particulares, para conseguir a aprovação dos projetos de interesse do Executivo.

"O que fazer se o Congresso é forte e coloca sempre o Executivo contra a parede? Ah, mas está barganhando! Está barganhando, nada. Está tentando aprovar leis. Se não tem em termos políticos com quem falar...", refletiu Fernando Henrique, convidado ao fórum na condição de candidato à reeleição.

Ele lamentou o fato de os presidentes de partidos e líderes de bancadas não terem controle sobre os parlamentares. Lembrou que no início do mandato costumava reunir-se com os presidentes das legendas, mesmo com o comentário de assessores de que eles não teriam controle sobre as bancadas. "É verdade. Os líderes também não têm. Os líderes passam a ser parte de uma cadeia de transmissão de demandas dos parlamentares", disse.

As declarações de Fernando Henrique surgem poucas semanas de-

pois de a imprensa publicar informações de que as discussões sobre o parlamentarismo estariam voltando a ganhar força em partidos como o PSDB, PMDB e PFL, inclusive como forma de mantê-los por mais tempo no poder. À época o presidente refutou a idéia.

"Esse assunto é muito sério para ser amesquinhado como uma tese oportunista", diz o deputado Franco Montoro (PSDB-SP), autor de uma proposta de emenda constitucional, em tramitação no Congresso, que estabelece o presidencialismo misto. Montoro concorda com Fernando Henrique que o parlamentarismo

não pode existir no Brasil antes que as reformas política, eleitoral e partidária sejam concluídas.

Para o presidente, não antes de 2006, já que considera que o voto distrital misto, uma pré-condição essencial, não pode ser implementado na eleição imediatamente subsequente à sua aprovação pelo Congresso, para que exista um período de transição adequado.

Para o deputado, doze anos para Fernando Henrique à frente do País não seria tempo demais, acredita Montoro, lembrando que o francês François Mitterrand e o português Mário Soares excederam esse período no poder, ao

longo de mandatos sucessivos.

Entre as medidas que FHC considera essenciais para a reforma política, está a fidelidade partidária — com regras para "barrar" transferências de políticos entre partidos —, o voto distrital misto e o financiamento público das campanhas. A partir daí, com a fidelidade partidária tendo de ser cumprida à risca, todas as reformas, incluindo a tributária, passariam a ser votadas com mais rapidez, prevê Freitas. "Isso estaria na conclusão de tudo", diz o ministro, ao referir-se a uma nova discussão sobre sistema de governo.

* do InvestNews